

**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS DE
SERGIPE - FANESE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESTRATÉGICA DE
PESSOAS VII**

MARIA ANGÉLICA BONELÁ

**PROCESSO DE GESTÃO AMBIENTAL EMPRESARIAL: Uma
ênfase nos aspectos do desenvolvimento sustentável e a
importância estratégica da implantação de Sistemas de Gestão
Ambiental (SGA)**

**Aracaju - SE
2009.2**

MARIA ANGÉLICA BONELÁ

**PROCESSO DE GESTÃO AMBIENTAL EMPRESARIAL: Uma
ênfase nos aspectos do desenvolvimento sustentável e a
importância estratégica da implantação de Sistemas de Gestão
Ambiental (SGA)**

**Artigo apresentado ao Núcleo de Pós-
Graduação e Extensão - NPGE da
FANESE, como requisito parcial para
obtenção do título de Especialista em
Gestão Estratégica de Pessoas.**

**Coordenador: Profa. Roberta Costa
Guimarães**

**Aracaju - SE
2009.2**

MARIA ANGÉLICA BONELÁ

**PROCESSO DE GESTÃO AMBIENTAL EMPRESARIAL: Uma
ênfase nos aspectos do desenvolvimento sustentável e a
importância estratégica da implantação de Sistemas de Gestão
Ambiental (SGA)**

**Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao Núcleo de Pós-Graduação
e Extensão - NPGE, da Faculdade de Administração de Negócios de Sergipe - FANESE,
como requisito para a obtenção do título de Especialista em Gestão Estratégica de
Pessoas.**

Avaliador

Roberta Costa Guimarães

Maria Angélica Bonelá
Maria Angélica Bonelá

Aprovada com média: _____

Aracaju (SE), de de 2009.

RESUMO

A ameaça à sobrevivência humana em face da degradação dos recursos naturais, a extinção das espécies da fauna e flora, o aquecimento da temperatura devido à emissão de gases poluentes fizeram a questão ambiental ocupar um lugar de destaque nos debates nacionais e internacionais. O meio ambiente da empresa é constituído por diversas formas de relacionamento, considerando as disciplinas gerenciais, as técnicas e o processo de produção junto às instalações e ao meio interno e externo, incluindo-se também a relação entre mercado, cliente, fornecedores, comunidade e consumidor. Neste sentido, o gerenciamento ambiental não pode separar e nem ignorar o conceito de ambiente empresarial em seus objetivos, pois o desenvolvimento deste conceito possibilita melhores resultados nas relações internas e externas, com melhorias na produtividade, na qualidade e nos negócios. A responsabilidade ambiental tem adquirido, cada vez mais, importância na gestão das organizações, e se destacando como uma das principais ferramentas de responsabilidade social. Dentro da ótica da gestão ambiental, destacam-se os Sistemas de Gestão Ambiental (conhecidos como SGA). Nesse contexto, pretende-se com este trabalho evidenciar os aspectos do desenvolvimento sustentável das empresas e ressaltar a importância da implantação de sistemas de Gestão Ambiental no âmbito das organizações, visando sua prática com consequente obtenção de benefícios e vantagens tanto para as empresas como para a comunidade como um todo.

Palavras-chave: Responsabilidade ambiental e social. Gestão ambiental. Desenvolvimento sustentável.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| RESUMO..... | 03 |
| 1 INTRODUÇÃO..... | 05 |
| 2 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL..... | 07 |
| 2.1 Resumo dos Principais Acontecimentos Relacionados com o Desenvolvimento Sustentável..... | 08 |
| 2.2 O Desenvolvimento Sustentável no Âmbito Empresarial..... | 10 |
| 3 AS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE NAS ORGANIZAÇÕES: ECONÔMICA, SOCIAL E AMBIENTAL..... | 13 |
| 4 OS SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL..... | 14 |
| 5 IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DA GESTÃO AMBIENTAL PARA AS EMPRESAS..... | 16 |
| 6 FATORES AMBIENTAIS DETERMINANTES PARA AS ORGANIZAÇÕES..... | 18 |
| 7 GESTÃO AMBIENTAL E COMPETITIVIDADE..... | 19 |
| 8 MODELOS DE SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL..... | 21 |
| 9 CONCLUSÃO..... | 25 |
| REFERÊNCIAS..... | 26 |
| ABSTRACT..... | 27 |

1 INTRODUÇÃO

Art.225 da Constituição Federal do Brasil, de 1988:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Como se pode observar, a Constituição Federal – lei maior da Nação brasileira – contemplou, em seu artigo 225, o direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, pois trata de uso de um bem comum, impondo-se, em consequência, a obrigação de sua preservação e defesa, pelo poder público e por toda coletividade. É a partir dessa declaração de direito e de dever que me propus a ressaltar a importância dos Sistemas de Gestão Ambiental nas organizações, visando um desenvolvimento sustentável das empresas através do combate à degradação dos recursos naturais, ao aquecimento da temperatura devido à emissão de gases poluentes e à extinção de espécies da fauna e da flora. Através de pesquisa bibliográfica em livros, revistas e artigos mais recentes que tratam do tema, pretendo, com esse trabalho, ressaltar e divulgar, visando uma mudança de atitude do empresariado, empregados, consumidores e coletividade em geral, a importância e métodos de uma gestão ambiental sustentável, numa visão macro, com o objetivo de alcançar algumas finalidades, como: redução de desperdícios, através da otimização do uso de recursos (matérias-primas, insumos, energia, água) e aproveitamento dos rejeitos; prevenção de riscos e prejuízos (acidentes ambientais, passivos ambientais, multas e outras penalidades, ações judiciais); melhor relacionamento com a comunidade; aproveitamento e minimização de resíduos; maior competitividade com mercados que valorizam a preservação ambiental (ecomarketing); melhoria da imagem institucional entre outras. A empresa moderna deve estar atenta a essas questões, considerando a gestão ambiental como parte integrante do seu negócio. A implantação de um Sistema de Gestão Ambiental deve ser uma das prioridades estratégicas de qualquer organização que queira garantir sua competitividade e sobrevivência no mundo globalizado.

A visível expansão das capacidades técnicas e produtivas e o acelerado crescimento demográfico mundial vêm colocando em evidência, especialmente ao longo da segunda

metade do século XX, que os recursos naturais não são ilimitados, e que sua escassez e falta constituem uma ameaça ao bem-estar presente e futuro da humanidade. A importância dos recursos naturais é fundamental para a sobrevivência humana, principalmente considerando-se que, apesar de todo o desenvolvimento tecnológico até aqui alcançado, ainda não existem condições que possibilitem a substituição dos elementos fornecidos pela natureza.

Neste início de século, as preocupações com o meio ambiente estão assumindo proporções cada vez maiores, em face dos efeitos visíveis de desequilíbrios provocados pelo homem na natureza. As empresas, vistas há muito tempo como as principais vilãs do problema, estão, de alguma forma, conseguindo dar respostas a alguns questionamentos da sociedade.

A preocupação com o esgotamento dos recursos naturais surgiu com a percepção, após a Revolução Industrial, de que a capacidade do ser humano de alterar o meio ambiente aumentou significativamente, levando a consequências positivas e negativas e evidenciando uma interdependência entre a economia e o meio ambiente.

Embora as ações empresariais ambientalmente responsáveis não sejam adotadas por parcelas significativas das organizações, as empresas que adotam atitudes ambientalmente responsáveis representam lideranças que vão se tornando referências em seus respectivos setores e constituindo-se em modelos para a adoção de padrões de excelência ambiental.

A inserção da problemática ambiental no panorama institucional vem levando a um contínuo debate da questão, o qual vem desenvolvendo um senso comum, entre a maioria dos países do globo, de que as medidas de proteção ambiental não foram criadas para impedir o desenvolvimento econômico. Estas medidas são incorporadas nas avaliações de custo/benefício ambiental associadas ao desenvolvimento de projetos econômicos, o que vem levando à criação de novas regulamentações cada vez mais restritivas, dentro de um contexto de execução de políticas governamentais.

A existência de iniciativas concretas de aplicação da sustentabilidade indica que este conceito começa a sair do âmbito acadêmico e das organizações não governamentais (ONGs). Ele deixa de significar apenas uma abordagem conceitual para se tornar um dos principais norteadores das decisões de investimentos governamentais e privados. Uma resposta a essa necessidade foi o surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável.

2 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A expressão “desenvolvimento sustentável” estabelece que o atendimento das necessidades do presente não deve comprometer a capacidade de as futuras gerações atenderem às suas. Tornou-se como uma “palavra de ordem” após a publicação do Relatório Brundtland, intitulado “Nosso futuro comum”, em abril de 1987, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente da ONU.

A discussão a respeito do desenvolvimento sustentável e o amadurecimento de seu conceito levaram a uma reavaliação das teorias de desenvolvimento até então existentes. Desse processo, resultou a percepção de que existe a necessidade de uma perspectiva multidimensional, envolvendo economia, ecologia e política simultaneamente. Isso representa o ponto de partida da teoria do desenvolvimento sustentável (Bruseke 1998).

A integração entre economia, ecologia e política representa uma perspectiva ainda em construção. A discussão apresenta limitações quase na mesma medida em que traz uma contribuição aos conceitos e práticas presentes na problemática ambiental. Esse debate em torno do desenvolvimento sustentável também levou a outras constatações, as quais se traduzem em elementos comuns à maioria das definições de desenvolvimento sustentável.

Os elementos, segundo Kinlaw, são os seguintes:

- a) Igualdade – todos os povos devem ter acesso à possibilidade de melhorar seu bem-estar econômico, tanto suas gerações presentes, quanto futuras;
- b) Administração responsável – os processos produtivos e financeiros devem ser responsáveis com relação àquilo que é objeto de suas ações, sendo elaborados de forma a causar o menor prejuízo ambiental;
- c) Limites – o desenvolvimento deve ser encaminhado dentro dos limites tanto dos recursos naturais não renováveis quanto da intervenção tolerável do ser humano sobre os ecossistemas;
- d) Comunidade global – não há fronteiras nacionais ou geográficas para os prejuízos ambientais, somente ações e cooperação internacional possibilitam reparar prejuízos já causados e assegurar um desenvolvimento seguro no futuro;
- e) Natureza sistêmica – o desenvolvimento deve considerar os relacionamentos entre ecossistemas naturais e as atividades humanas.

Das discussões realizadas nos mais variados fóruns em torno da temática do desenvolvimento sustentável, resultaram propostas de encaminhamentos da questão. Uma

delas foi a “Agenda 21”. Essa proposta foi um dos frutos da conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992, juntamente com a Carta da Terra ou Declaração do Rio. A Agenda 21 caracteriza-se como um plano de ação que busca colocar em prática programas que paralisem o processo de degradação ambiental. Esses programas dividem-se nas seguintes áreas de concentração: atmosfera, recursos da terra, agricultura sustentável, desertificação, florestas, biotecnologia, mudanças climáticas, oceanos, meio ambiente marinho, água potável, resíduos sólidos, resíduos tóxicos, rejeitos perigosos, entre outras.

Por outro lado, deve ser considerada a forma como será alcançado o desenvolvimento sustentável, pelo menos no que diz respeito ao setor industrial, o que ocorrerá através do desenvolvimento de processos e produtos ambientalmente corretos, por meio de esforços maciços de pesquisa e desenvolvimento (P&D), e da difusão destes esforços (Hitchens, 1999). Outra proposta resultante da discussão em torno do desenvolvimento sustentável foi a adoção das normas da série ISO 14000, as quais se destinam ao gerenciamento ambiental organizacional.

2.1 Resumo dos Principais Acontecimentos Relacionados com o Desenvolvimento Sustentável

Ano de 1962 – Publicação do livro Primavera Silenciosa (Silent Spring) – livro publicado por Rachel Carson que teve grande repercussão na opinião pública e expunha os perigos do inseticida DDT.

Ano de 1968 – Criação do Clube de Roma – organização informal cujo objetivo era promover o entendimento dos componentes variados, mas interdependentes: econômicos, políticos, naturais e sociais, que formam o sistema global.

Ano de 1968 – Conferência da Unesco sobre a conservação e o uso racional dos recursos da biosfera – nessa reunião, em Paris, foram lançadas as bases para a criação do Programa: Homem e a Biosfera (MAB).

Ano de 1971 – Criação do Programa MAB da Unesco – programa de pesquisa no campo das Ciências Naturais e Sociais para a conservação da biodiversidade e para a melhoria das relações entre o homem e o meio ambiente.

Ano de 1972 – Publicação do livro Os limites do crescimento – informe apresentado pelo Clube de Roma no qual previa que as tendências que imperavam até então conduziriam a uma escassez catastrófica dos recursos naturais e a níveis perigosos de contaminação, num prazo de 100 anos.

Ano de 1972 - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo-Suécia – a primeira manifestação dos governos de todo o mundo com as consequências da economia sobre o meio ambiente. Participaram 113 Estados-membros da ONU. Um dos resultados foi a criação do Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (PNUMA).

Ano de 1980 - I Estratégia Mundial para a Conservação – a IUCN, com a colaboração do PNUMA e do World Wildlife Fund (WWF), adota um plano de longo prazo para conservar os recursos biológicos do planeta. No documento aparece pela primeira vez o conceito de “desenvolvimento sustentável”.

Ano de 1983 - É formada pela ONU a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD) – Presidida pela Primeira-Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, tinha como objetivo examinar as relações entre o meio ambiente e o desenvolvimento e apresentar propostas viáveis.

Ano de 1987 - É publicado o informe Brundtland, da CMMAD, o “Nosso Futuro Comum” – Um dos mais importantes sobre a questão ambiental e o desenvolvimento. Vincula estreitamente economia e ecologia e estabelece o eixo em torno do qual se deve discutir o desenvolvimento, formalizando o conceito de desenvolvimento sustentável. Fica explícito que o principal objetivo do desenvolvimento sustentável é satisfazer às necessidades e aspirações humanas, e que, em sua essência, ele:

é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às aspirações humanas.

Ano de 1991 - II Estratégia Mundial para a Conservação : “Cuidando da Terra” – documento conjunto do IUCN, PNUMA e WWF, mais abrangente que o formulado anteriormente; baseado no Informe Brundtland, preconiza o reforço dos níveis políticos e sociais para a construção de uma sociedade mais sustentável.

Ano de 1992 - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, ou Cúpula da Terra – realizada no Rio de Janeiro, constitui-se no mais

importante foro mundial já realizado. Abordou novas perspectivas globais e de integração da questão ambiental planetária e definiu mais concretamente o modelo de desenvolvimento sustentável. Participaram 170 Estados, que aprovaram a Declaração do Rio e mais quatro documentos, entre os quais a Agenda 21.

Ano de 1997 - Rio+5 - realizado em New York, teve como objetivo analisar a implementação do Programa da Agenda 21.

Ano de 2000 - I Foro Mundial de âmbito Ministerial – Malmo (Suécia) – teve como resultado a aprovação da Declaração de Malmo, que examina as novas questões ambientais para o século XXI e adota compromissos no sentido de contribuir mais efetivamente para o desenvolvimento sustentável.

Ano de 2002 - Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável – Rio+10 - realizada em Johanesburgo, nos meses de agosto e setembro, procurou examinar se foram alcançadas as metas estabelecidas pela Conferência do Rio-92 e serviu para que os Estados reiterassem seu compromisso com os princípios do Desenvolvimento Sustentável.

Um dos resultados da crescente importância do meio ambiente foi o crescimento do número de organizações ecológicas (ONGs), tanto no plano internacional como em nível nacional e local, que se ocupam de diversos temas da agenda ambiental.

2.2 O Desenvolvimento Sustentável no Âmbito Empresarial

O Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável participou ativamente da organização da temática empresa e meio ambiente na Conferência do Rio em 1992, representado pelo seu presidente, Stephan Schmidheiny. O Conselho reuniu 48 líderes empresariais de diversos países, que posteriormente elaboraram um documento sobre desenvolvimento sustentável voltado para o meio empresarial, o qual denominaram “Mudando o rumo: uma perspectiva global do empresariado para o desenvolvimento e o meio ambiente”. No início desse documento foi divulgada uma declaração em que reconhecem que “o mundo se move em direção à desregulação, às iniciativas privadas e aos mercados globais. Isto exige que as empresas assumam maior responsabilidade social, econômica e ambiental ao definir seus papéis e ações”.

O documento do Conselho Empresarial admite que o progresso em direção ao desenvolvimento sustentável é um bom negócio, pois consegue criar vantagens competitivas e

novas oportunidades. No entanto, observa que isto exige “mudanças profundas e de amplo alcance na atitude empresarial, incluindo a criação de uma nova ética na maneira de fazer negócios”.

Em abril de 1998, no Brasil, a Confederação Nacional da Indústria define e publica sua Declaração de Princípios da Indústria para o Desenvolvimento Sustentável; iniciativa que permite o incremento da divulgação da perspectiva de maior interação entre economia e meio ambiente junto ao empresariado.

A penetração do conceito de desenvolvimento sustentável no meio empresarial tem se pautado mais como um modo de empresas assumirem formas de gestão mais eficientes, como práticas identificadas com a eco-eficiência e a produção mais limpa, do que uma elevação do nível de consciência do empresariado em torno de uma perspectiva de um desenvolvimento econômico mais sustentável. Embora haja um crescimento perceptível da mobilização em torno da sustentabilidade, ela ainda está mais focada no ambiente interno das organizações, voltada prioritariamente para processos e produtos. É um grande avanço, sem dúvida nenhuma, tomando-se como marco o ano de 1992; mas ainda falta muito para que as empresas se tornem agentes de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente correto.

Declaração de princípios da indústria para o desenvolvimento sustentável (CNI – 2002):

- a) Promover a efetiva participação proativa do setor industrial, em conjunto com a sociedade, os parlamentares, o governo e organizações não governamentais no sentido de desenvolver e aperfeiçoar leis, regulamentos e padrões ambientais.
- b) Exercer a liderança empresarial junto à sociedade em relação aos assuntos ambientais.
- c) Incrementar a competitividade da indústria brasileira, respeitados os conceitos de desenvolvimento sustentável e o uso racional dos recursos naturais e de energia.
- d) Promover a melhoria contínua e o aperfeiçoamento dos sistemas de gerenciamento ambiental, saúde e segurança do trabalho nas empresas.
- e) Promover a monitoração e a avaliação dos processos e dos parâmetros ambientais nas empresas. Antecipar a análise e os estudos das questões que possam causar problemas ao meio ambiente e à saúde humana, bem como implementar ações apropriadas para proteger o meio ambiente.
- f) Apoiar e reconhecer a importância do envolvimento contínuo e permanente dos trabalhadores e do comprometimento da supervisão nas empresas, assegurando que os

mesmos tenham o conhecimento e o treinamento necessários com relação às questões ambientais.

- g) Incentivar as pesquisas e o desenvolvimento de tecnologias limpas, com o objetivo de reduzir ou eliminar impactos adversos ao meio ambiente e à saúde da comunidade.
- h) Estimular o relacionamento e as parcerias do setor privado com o governo e com a sociedade em geral, na busca do desenvolvimento sustentável, bem como na melhoria contínua dos processos de comunicação.
- i) Estimular as lideranças empresariais a agir permanentemente junto à sociedade com relação aos assuntos ambientais.
- j) Incentivar o desenvolvimento e o fornecimento de produtos e serviços que não produzam impactos inadequados ao meio ambiente e à saúde da comunidade.
- k) Promover a máxima divulgação e conhecimento da “Agenda 21” e estimular sua implementação.

3 AS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE NAS ORGANIZAÇÕES: ECONÔMICA, SOCIAL E AMBIENTAL

Do ponto de vista econômico, a sustentabilidade prevê que as empresas têm que ser economicamente viáveis. Seu papel na sociedade deve ser cumprido levando em consideração esse aspecto da rentabilidade, ou seja, dar retorno ao investimento realizado pelo capital privado.

Em termos sociais, a empresa deve satisfazer aos requisitos de proporcionar as melhores condições de trabalho aos seus empregados, procurando contemplar a diversidade cultural existente na sociedade em que atua, além de propiciar oportunidades aos deficientes de modo geral. Além disso, seus dirigentes devem participar ativamente das atividades socioculturais de expressão da comunidade que vive ao redor da unidade produtiva.

Do ponto de vista ambiental, deve a organização pautar-se pela eco-eficiência dos seus processos produtivos, adotar a produção mais limpa, oferecer condições para o desenvolvimento de uma cultura ambiental organizacional, adotar uma postura de responsabilidade ambiental, buscando a não-contaminação de qualquer tipo de ambiente

natural, e procurar participar de todas as atividades patrocinadas pelas autoridades governamentais locais e regionais no que diz respeito ao meio ambiente natural.

O mais importante na abordagem das três dimensões da sustentabilidade empresarial é o equilíbrio dinâmico necessário e permanente que devem ter, e que tem de ser levado em consideração pelas organizações que atuam preferencialmente em cada uma delas: organizações empresariais (econômica), sindicatos (social) e entidades ambientalistas (ambiental). Deve ser estabelecido um acordo entre as organizações de tal modo que nenhuma delas atinja o grau máximo de suas reivindicações e nem o mínimo inaceitável, o que implica num diálogo permanente para que as três dimensões sejam contempladas de modo a manter a sustentabilidade do sistema.

4 OS SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL

Do ponto de vista empresarial, gestão ambiental é a expressão utilizada para se denominar a gestão empresarial que se orienta para evitar, na medida do possível, problemas para o meio ambiente. Em outros termos, é a gestão cujo objetivo é conseguir que os efeitos ambientais não ultrapassem a capacidade de carga do meio onde se encontra a organização, ou seja, obter-se um desenvolvimento sustentável.

A gestão ambiental é o principal instrumento para se obter um desenvolvimento industrial sustentável. O processo de gestão ambiental nas empresas está profundamente vinculado a normas que são elaboradas pelas instituições públicas sobre o meio ambiente. Estas normas fixam os limites aceitáveis de emissão de substâncias poluentes, definem em que condições serão despojados os resíduos, proíbem a utilização de substâncias tóxicas, definem a quantidade de água que pode ser utilizada, volume de esgoto que pode ser lançado, etc.

As normas legais são referências obrigatórias para as empresas que pretendem um Sistema de Gestão Ambiental (SGA). A violação das normas legais ou seu desconhecimento afetam de forma significativa os investimentos das empresas, além de afetar sua capacidade de intervenção no mercado.

A resposta das empresas ao grande número de normas legais que foram sendo implantadas ao longo dos últimos anos e às críticas que a sociedade lhes tem feito devido ao

impacto negativo de suas atividades tem sido, tradicionalmente, de reagir aos problemas conforme vão surgindo. Deste modo predominaram nos últimos anos os métodos corretivos para a solução dos problemas ambientais causados pelas atividades das empresas, buscando-se eliminar ou reduzir os impactos que foram gerados. Esta política ambiental seguida pela maioria das empresas tem caráter reativo, e está ligada aos métodos corretivos.

Por outro lado, uma política proativa implica um planejamento prévio em cima dos possíveis efeitos ambientais e uma atuação antecipada para evitar esses impactos, reestruturando os produtos e os processos envolvidos. Uma política deste tipo está ligada à aplicação de métodos preventivos que estuda a eliminação dos impactos na origem, buscando as causas. E isto não somente para os impactos diretos da empresa, mas também para os que são produzidos ao longo de toda a vida do produto. Um exemplo importante são os efeitos produzidos no meio ambiente pelas baterias de celular; em muitos países, torna-se uma obrigação da empresa o seu recolhimento. Ou seja, no planejamento devem estar inseridos os custos relacionados com o recolhimento das baterias gastas.

5 IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DA GESTÃO AMBIENTAL PARA AS EMPRESAS

O papel estratégico da gestão ambiental para as organizações tem sido evidenciado por uma série de constatações relacionadas ao ambiente onde atuam as empresas. Uma síntese desse fato deriva da observação de que as empresas tornaram-se expostas a cobranças de posturas mais ativas com relação à responsabilidade sobre seus processos industriais, resíduos e efluentes produzidos e descartados, bem como o desempenho de seus produtos e serviços em relação à abordagem de ciclo de vida.

Não é mais suficiente apenas analisar o processo produtivo, mas também olhar o produto em toda sua trajetória, ou seja, desde a matéria-prima até o descarte final. As empresas, notadamente consideradas pela sociedade como as principais responsáveis pela poluição, tornaram-se vulneráveis a ações legais, boicotes e recusas por parte dos consumidores, que hoje consideram a qualidade ambiental como uma de suas necessidades principais a serem atendidas (Moura-2000).

Essa percepção existente por parte do público consumidor tem um fundamento muito objetivo, representado principalmente pelas observações do impacto ambiental causado por empresas do ramo industrial. Os dados relacionados com a deterioração ambiental, apesar de apresentarem certa redução nos últimos 20 anos, apontam que as indústrias dos países desenvolvidos contribuem com, aproximadamente, 1/3 do produto nacional bruto, ao passo que as externalidades negativas têm sido proporcionalmente maiores. Quanto à poluição do ar, o ramo industrial é responsável por 40 a 50% das emissões de óxidos de enxofre e 50% do efeito estufa. Com relação à poluição da água, a indústria contribui com 60% da demanda bioquímica de oxigênio e de material em suspensão e 90% dos despejos tóxicos na água. Quanto ao lixo, o setor industrial produz 75% do lixo orgânico. As informações provenientes do macroambiente indicam uma situação preocupante e servem para alertar para o impacto causado por diferentes nichos de atuação industrial.

A gestão ambiental integra em seu significado:

- a) A política ambiental, que é o conjunto consistente de princípios doutrinários que conformam as aspirações sociais e/ou governamentais no que concerne à regulamentação ou modificação no uso, controle, proteção e conservação do ambiente;
- b) O planejamento ambiental, que é o estudo prospectivo que visa a adequação do uso, controle e proteção do ambiente às aspirações sociais e /ou governamentais expressas formal ou informalmente em uma política ambiental, através da coordenação, compatibilização, articulação e implantação de projetos de intervenções estruturais e não estruturais;
- c) O gerenciamento ambiental, que é o conjunto de ações destinado a regular o uso, controle, proteção e conservação do meio ambiente, e a avaliar a conformidade da situação corrente com os princípios doutrinários estabelecidos pela política ambiental.

6 FATORES AMBIENTAIS DETERMINANTES PARA AS ORGANIZAÇÕES

Dentre os múltiplos fatores percebidos, um dos que afetam de forma particularmente intensa as empresas diz respeito às ações dos clientes, ou possíveis clientes das mesmas. O papel das pessoas e suas motivações não são um tema novo para as organizações, porém, frente à questão ecológica vem revelando uma conjunção de fatores os quais se apresentam, por exemplo, na forma de um ganho de importância para a questão ambiental, sobretudo

graças à evolução dos meios de comunicação que possibilitam muitas vezes acesso imediato aos fatos. Sendo assim, as empresas constataram a importância dada pelos clientes à qualidade ambiental. Além disso, as pessoas são hoje melhor informadas e motivadas para o assunto, sendo freqüente a abordagem de temas ambientais na televisão, nos jornais e nas revistas.

Em virtude das possibilidades de acesso a informação por parte das pessoas, o que leva à construção de uma conscientização a respeito da problemática ambiental, acabam surgindo evidências de ações que afetam diretamente as atividades das empresas. Desta forma, cada vez mais marcante, a informação sobre a tecnologia da produção para consumidores torna-se essencial, a fim de que estes possam assegurar a sua opção por empresas que apresentem um desempenho ambiental mais adequado. O comportamento do público consumidor/clientes representa o elemento central na determinação da estratégia a ser utilizada na organização, principalmente tendo-se em vista ser o cliente que, em última estância, sustenta pelas suas preferências a organização em seus recursos financeiros.

7 GESTÃO AMBIENTAL E COMPETITIVIDADE

O nível de competitividade de uma empresa depende de um conjunto de fatores, variados e complexos, que se inter-relacionam e são mutuamente dependentes, tais como: custos, qualidade dos produtos e serviços, nível de controle de qualidade, capital humano, tecnologia e capacidade de inovação. Ocorre que nos últimos anos a gestão ambiental tem adquirido cada vez mais uma posição destacada em termos de competitividade devido aos benefícios que traz ao processo produtivo como um todo e a alguns fatores em particular que são potencializados.

Entre as vantagens competitivas da gestão ambiental, podemos identificar as seguintes:

a) com o cumprimento das exigências normativas, há melhora no desempenho ambiental de uma empresa, abrindo-se a possibilidade de maior inserção num mercado cada vez mais exigente em termos ecológicos, com a melhoria da imagem junto aos clientes e a comunidade;

- b) adotando um design do produto de acordo com as exigências ambientais, é possível torná-lo mais flexível do ponto de vista de instalação e operação, com um custo menor e uma vida útil maior;
- c) com a redução do consumo de recursos energéticos, ocorre a melhoria na gestão ambiental, com a consequente redução nos custos de produção;
- d) ao se reduzir ao mínimo a quantidade de material utilizado por produto, há redução dos custos de matéria-prima e do consumo de recursos;
- e) quando se utilizam materiais renováveis, empregando-se menos energia pela facilidade de reciclagem, melhora-se a imagem da organização;
- f) com a otimização das técnicas de produção, pode ocorrer melhoria na capacidade de inovação da empresa, redução das etapas de processo produtivo, acelerando o tempo de entrega do produto e minimizando o impacto ambiental do processo;
- g) com a otimização do uso do espaço nos meios de transporte, há redução nesse tipo de gasto com a consequente diminuição do consumo de gasolina, o que diminui a quantidade de gases no meio ambiente.

O grau de envolvimento da empresa com a questão ambiental variará em função da importância que a organização dá para a variável ecológica e sua decisão dependerá: do ambiente natural externo e próximo à unidade produtiva, dos recursos naturais de que necessita e do grau de contaminação ambiental que seu processo produtivo gera. Outros motivos que afetam o envolvimento da empresa com uma gestão ambiental mais efetiva são: a dificuldade de obtenção do investimento necessário para adaptação de seu processo produtivo, falta de conhecimento técnico-científico sobre a questão ambiental envolvida e o grau de compromisso do seu quadro de pessoal com a ética ambiental.

Frente à realidade do ambiente organizacional, torna-se conveniente entender que a gestão ambiental é um processo adaptativo e contínuo, através do qual as organizações definem e redefinem seus objetivos e metas relacionados à proteção do ambiente, à saúde de seus empregados, bem como clientes e comunidade, além de selecionar estratégias e meios para atingir estes objetivos num tempo determinado através de constante avaliação de sua interação com o meio ambiente externo (Andrade, 2000).

De qualquer maneira, assumindo-se a necessidade de adoção de estratégias de negócios de médio e longo prazo, deve-se levar em consideração que, em termos de competitividade, torna-se cada vez mais importante a previsão das tendências da sociedade e, particularmente, dos mercados onde atua a empresa. Nos últimos anos, uma necessidade estratégica emergente é levar em consideração no planejamento as motivações ambientais que

estão numa fase ascendente devido ao aumento da conscientização ecológica, motivada pelo aumento de acesso à informação da maior parte da população, e ao incessante trabalho realizado por múltiplas organizações não governamentais e governos em todos os seus níveis. Essas motivações, quando não consideradas devidamente, podem afetar significativamente a posição competitiva de empresas e setores da indústria, pois influenciam o comportamento de diversos mercados.

8 MODELOS DE SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL

As primeiras iniciativas de modelos de sistemas de gestão ambiental surgiram a partir dos anos 80, na tentativa de identificar, minimizar e controlar aspectos e impactos ambientais. Dentre eles, cita-se: “Responsible Care Program”, STEP, BS 7750, EMAS, ISO 14000/ ISO 14001.

a) Responsible Care Program – é um programa de atuação responsável que, segundo Culley(1998), é o primeiro modelo de gestão ambiental formal. Surgiu no Canadá em 1984, através de uma iniciativa das indústrias químicas, formalizada pela “Chenical Manufactures Association”, tendo o caráter de programa voluntário. O programa consiste essencialmente em: - Princípios Diretivos – equivalentes a uma declaração de propósitos; - Códigos de Práticas Gerenciais – com metas genéricas que permitem a cada organização estabelecer as formas para alcançá-las; - Painel Público Consultivo – composto por membros de diferentes segmentos da sociedade que colaboram com a indústria química na elaboração de práticas gerenciais e a ajudam a compreender as preocupações da comunidade; - Grupos de Liderança – formados por executivos das empresas participantes, aquelas que se ajustam aos princípios do “Responsible Care”, para discutir as experiências, trocar as informações e identificar as necessidades de melhorias e assistência mútua (Campos, 2001).

b) STEP (Strategies for Today`s Environmental Partnership)

A “American Petroleum Institute”, fundado em 1919 pela indústria de petróleo americana, criou, em 1990, o STEP, cujo principal objetivo foi o de desenvolver um guia para a indústria de petróleo americana que possibilitasse um aprimoramento de seu desempenho ambiental, de saúde e segurança (Kuhre, 1998). Desta forma, foi criado o “American Petroleum Institute Environmental, Health and Safety Mission and Guiding Principles. Em linhas gerais, este

document tem como princípios: a prevenção da poluição, a conservação dos recursos naturais, a relação de parceria e acordos com a comunidade, entre outros (Campos, 2001).

c) BS 7750

A Norma Britânica BS 7750 – Specifications for Environmental Management Systems teve sua primeira edição publicada em março de 1992, entrando em vigor em janeiro de 1994. Trata-se de um marco importante para a gestão ambiental, pois é uma forte referência para quase todos os sistemas existentes, principalmente para o da ISSO 14001. A norma foi encomendada pelo Environmental and Pollution Standard Committee of British Standard Institution a um comitê técnico formado por 38 instituições inglesas representando os mais variados setores da economia, tais como a Associação de Consultores Ambientais, a Corporação Britânica de Carvão e a Real Academia de Química. Trata-se de uma especificação para o desenvolvimento, implementação e manutenção de um sistema de gestão ambiental para assegurar e demonstrar conformidade com as declarações da empresa quanto à sua política, objetivos e metas relativos ao meio ambiente. Esta norma não estabelece uma exigência absoluta quanto ao desempenho ambiental. Exige, contudo, atendimento às exigências legais locais e o comprometimento com a melhoria contínua. Estipula, ainda, que a organização formule políticas e objetivos que levem em conta as informações relativas aos efeitos ambientais significativos decorrentes de suas atividades. Em suma, pode-se dizer que se trata do primeiro sistema que preconiza que a organização deve estabelecer e manter um sistema de gestão ambiental como mecanismo para garantir que os efeitos de suas atividades, produtos ou serviços estejam em conformidade com sua política ambiental.

d) EMAS

O Sistema Europeu de Ecogestão e Auditorias – EMAS (Eco-Management and Audit Scheme), estabelecido pelo regulamento da Comissão da Comunidade Européia nº1836/93, definiu os critérios para certificações ambientais de processos industriais. Foram incluídos, posteriormente, a estes critérios os seguintes itens: um sistema de gestão e de auditorias; padrões de desempenho; verificações por terceiros; e declarações públicas após uma revisão ambiental inicial e conclusão de cada auditoria. Esse sistema entrou em operação a partir de 1995. Basicamente o EMAS permite às empresas que desenvolvem atividades industriais nos países membros da Comunidade Européia obterem registros de suas fábricas junto a uma comissão de Comunidade Européia (Culley,1998). Anualmente é publicada no jornal oficial da Comunidade Européia uma lista de todas as instalações industriais registradas. Tal registro pode ser considerado, então, como um “certificado” de bom desempenho ambiental geral para

quem o obtiver. O EMAS, porém, não estabelece critérios específicos de desempenho ambiental.

e) ISO 14000/ISO14001

Um dos resultados do processo de discussões em torno dos problemas ambientais e de como promover o desenvolvimento econômico frente a essa questão foi o surgimento das normas ISO 14000, as quais procuram desenvolver uma abordagem organizacional que leve a uma gestão ambiental efetiva. Essa família de normas foi o resultado de um processo que vinha evoluindo ao longo dos diversos fóruns de discussões sobre problemas ambientais, e que buscavam uma maneira de levar soluções ao ambiente produtivo. O surgimento de novas normas, assim como a crescente busca por parte das empresas de uma imagem ambientalmente mais adequada, vem sendo induzido por uma mudança de hábitos de consumo, patrocinada pelo crescimento da preocupação ambiental, a qual repercute negativamente na compra de produtos provenientes de produtores identificados como ambientalmente inadequados (Andrade-2000). A mudança de hábitos do consumidor representa uma questão-chave na construção de um elemento objetivo que despertou nas organizações o interesse pela gestão ambiental. A proposição de leis e normas revela um aspecto básico da questão ambiental relacionada ao ambiente produtivo, que é o estabelecimento de parâmetros do que vem a ser um processo produtivo ambientalmente adequado. No decorrer do desenvolvimento das normas da série ISO 14000, buscou-se assegurar que estas estivessem relacionadas à padronização de processos, e não ao estabelecimento de parâmetros de desempenho ambiental, os quais, por sua vez, são atribuíveis unicamente à legislação ambiental. Em virtude disso, estas normas apresentam, em linhas gerais, os elementos necessários para construção de um sistema que alcance as metas ambientais estabelecidas pela organização. Um motivo para essa abordagem é que existe uma multiplicidade de pontos de vista diferentes sobre o que é uma boa gestão de desempenho ambiental. Isso se relaciona em parte com as diversas tecnologias existentes para alcançar os objetivos ambientais de uma organização. Essa é a razão pela qual os objetivos de normas como as ISO 14000 estabelecem uma base comum para uma gestão ambiental mais uniforme, eficiente e eficaz no mundo inteiro. Dessa forma, haverá maior confiança por parte daqueles envolvidos no processo de gestão ambiental de que o processo realizado por uma empresa conduzirá a maior cumprimento da lei, além de conformidade a outras exigências e a níveis mais elevados de desempenho ambiental. Além do estabelecimento de uma forma de ação comum para o gerenciamento ambiental, as normas ISO 14000 são uma resposta às exigências legais e do mercado. Tais exigências guardam relação direta com as possibilidades

de atuação que se abrem às organizações. O acesso ao mercado e ao lucro é cada vez maior para as empresas que não poluem (segundo Novaes, 1999), deixam de poluir ou o fazem em menor escala. O raciocínio inverso é válido para empresas que não gerenciam seus riscos ambientais, tentando, assim, maximizar seus lucros através da socialização dos prejuízos ambientais.

f) ISO 14001

A principal norma de gestão ambiental da atualidade é a norma internacional ISO 14001 que faz parte do conjunto ISO 14000, sendo a única norma certificável dentro deste conjunto. A implementação de um Sistema de Gestão Ambiental, segundo a ISO 14001, exige o cumprimento de 17 requisitos normativos que devem ser estruturados de forma a se estabelecer um sistema de melhoria contínua. Os 17 requisitos da ISO 14001 estão divididos em 5 grupos ou fases de implementação: a política ambiental; o planejamento; a implementação e operação; a verificação e ação corretiva e a análise crítica. A definição dos 17 requisitos normativos estipulados para a ISO 14001 teve uma grande colaboração dos outros sistemas e modelos de SGA já citados. Cabe ressaltar que as organizações, normalmente, decidem implementar sistemas de gestão ambiental por motivos diversos. Algumas afirmam ou acreditam que um certificado, como por exemplo, o da ISO 14001, facilita a entrada de seus produtos em determinados mercados ou empresas. Outras consideram as melhorias no processo, advindas de um melhor controle ambiental, um bom motivo para implementação. A verdade é que cada vez mais empresas no Brasil e no mundo estão implementando sistemas de gestão ambiental e buscando uma certificação para esses sistemas.

9 CONCLUSÃO

A atuação ambiental da maioria das empresas, salvo honrosas exceções, na maioria dos casos centra-se na diminuição de custos e riscos associados a sanções e na reparação econômica de danos ambientais. São poucas as que investem na adoção de Sistemas de Gestão Ambiental, em sua maioria grandes empresas em função do custo associado à sua implantação. A adoção de um Sistema de Gestão Ambiental implica uma mudança de mentalidade de toda a organização, desde os altos escalões até níveis inferiores da organização. Implica uma mudança da cultura organizacional com a incorporação da variável ambiental no dia-a-dia das pessoas que integram a empresa. Por outro lado, a mudança de cultura organizacional também envolve mudança de atitude com respeito ao ambiente externo da organização. O ambiente externo deve passar a ser um componente que influí diretamente na competitividade da empresa, e os quadros dirigentes da organização devem participar ativamente dos eventos realizados, em torno da questão ambiental, na comunidade local, influindo diretamente na tomada de decisões e fornecendo instrumental técnico e pessoal que contribua para a elucidação dos processos biológicos que envolvem o entorno da empresa.

Assim é que podemos concluir que, das instituições existentes nas sociedades humanas, as empresas constituem, hoje, um dos principais agentes responsáveis pela obtenção de um desenvolvimento sustentável. A questão, na realidade, envolve, primeiramente, o ambiente interno das empresas, pois não há condições de atuação responsável de uma organização na sociedade como um todo se, internamente, os seus quadros não estão convencidos da importância da adoção de práticas ambientalmente corretas. Daí decorre a importância da adoção de Sistemas de Gestão Ambiental integrados numa perspectiva mais ampla, que envolva sempre a mudança da cultura organizacional da empresa, introduzindo o componente ambiental como um fator forte dentre as preocupações de seus integrantes.

REFERÊNCIAS

DONAIRE. **Gestão ambiental na empresa.** São Paulo: Atlas, 1999.

BERNARDINI,M.E.S. **Sistemas de Gestão Ambiental – ISO 14001.** São Paulo: Atlas, 2008.

DIAS, R. **Gestão Ambiental – Responsabilidade Social e Sustentabilidade.** São Paulo: Atlas, 2008.

ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

CAGNIN, C.H. **Fatores relevantes na implementação de um sistema de gestão ambiental com base na Norma ISO 14001.** 2000. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina.

BACKER, P. **Gestão Ambiental: a administração verde.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 1995.

BARBIERI, J.C. **Gestão ambiental empresarial.** São Paulo: Saraiva,2004.

CORAZZA, R.I. **Gestão ambiental e mudança na estrutura organizacional.** Revista de Administração de Empresas, n.2, p.1/23, 2003.

EPELBAUM, M. **A influência da gestão ambiental na competitividade das empresas.** 2004. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Escola Politécnica da Uviversidade de São Paulo, São Paulo.

SANCHES, C.S. **Gestão ambiental proativa.** Revista de Administração de Empresas, v.40, n.1, p.76/87, 2000.

ABSTRACT

The threat to human survival in the face of natural resource degradation, extinction of species of fauna and flora, the heating temperature due to greenhouse gas emissions have environmental issues occupy a prominent place in national and international debates. The environment of the company consists of various forms of relationship, considering the management disciplines, techniques and production process around the installations and the internal and external environment, including also the relationship between market, customers, suppliers, community and consumer. In this sense, environmental management and can not separate or ignore the concept of business environment in their goals, because the development of this concept provides better results in internal and external relations, with improvements in productivity, quality and business. Environmental responsibility has acquired more and more importance in the management of organizations, and emerging as a major tool for social responsibility. Within the perspective of environmental management, notably those Environmental Management Systems (known as EMS). In this context, the aim of this work highlight the aspects of sustainable development of enterprises and the importance of the implementation of environmental management systems within organizations, seeking their practice consistent with obtaining benefits and advantages for both companies and for the community as a whole.

Keywords: Social and environmental responsibility. Environmental management. Development.